

EDUCAÇÃO E COMUNIDADE: (RE)CONSTRUINDO IDENTIDADES NA COMUNIDADE RURAL-RIBEIRINHA DO POÇÃO, ILHA DE COTIJUBA, BELÉM- PA

Paulo de Tarso Correa de Paula¹
(paulomoe@hotmail.com)

Cynara Fernanda Aquino dos Santos²
(cynaraaquino@hotmail.com)

Izilda Nazaré de Almeida Cordeiro³
(vidacordeiro@bol.com.br)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

**Educação e territorialidade no contexto do campo, indígena, quilombola, ribeirinha e do
semiárido;**

RESUMO

Esta pesquisa objetivou compreender a relação da Escola Multisseriada com a Comunidade Rural-Ribeirinha do Poção, em Cotijuba/PA e suas contribuições acerca dos processos de formação da identidade cultural dos sujeitos dessa comunidade. Do tipo estudo de caso e com abordagem qualitativa, os dados foram levantados por meio de entrevistas semiestruturadas, aos gestores da escola, professora, alunos, ex alunos da escola *lócus*, e, membros da comunidade do Poção, bem como conversas, vivências e observações na escola e na comunidade, durante o acompanhamento das atividades de pesquisa e extensão do Projeto Pará Leitura Vai-Quem-Quer. A partir da concepção de uma Educação *do e no* Campo e, na perspectiva de uma construção identitária temporal e histórica, destacamos como resultados da pesquisa, a presença marcante da relação simbólica entre a comunidade pesquisada e a natureza, bem como a relação Escola-comunidade, caracterizando-se como fundamental para o processo de construção identitária e na (re)afirmação da cultura local.

Palavras Chaves: Educação do Campo. Identidade. Cotijuba.

ABSTRACT

This research aimed to understand the relationship of multiserialize School with the Rural-Riverside Community potion in Cotijuba/PA and their contributions about the formation processes of the cultural identity of the subjects of this community. The study type of case and qualitative approach, data were collected through semi-structured interviews, the school managers, teacher, students, former students of the school locus, and members of the potion community and conversations, experiences and observations at school and in the community during the monitoring of research and extension activities of Pará Leitura Vai-Quem-Quer Project. From the conception of education and the field and in view of temporal and historical identity construction, we highlight as search results, the strong presence of the symbolic relationship between the studied community and nature, as well as school-community relationship, characterized as fundamental to the process of identity construction and (re) affirmation of local culture

Key Words: Rural Education, Culture, Identity, Pará Leitura Vai-Quem-Quer, Cotijuba.

INTRODUÇÃO, OBJETIVOS, JUSTIFICATIVA E PROBLEMÁTICA:

¹ Licenciado Pleno em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará; Coordenador Pedagógico do Projeto de Pesquisa e Extensão Pará Leitura Vai-Quem-Quer, vinculado ao Núcleo de Pesquisas Netrilhas-UEPA; Discente de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação e Cultura: Confluências – UFPA, Campus CUTINS.

² Graduanda da Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará; Discente efetiva do Projeto de Pesquisa e Extensão Pará Leitura Vai-Quem-Quer, vinculado ao Núcleo de Pesquisas Netrilhas-UEPA.

³ Mestra em Educação com Ênfase em Gestão e Direção de Entidades Educativas pela Universidad Católica “Nuestra Señora de la Asunción”; Professora da Universidade Estadual do Pará; Coordenadora Geral do Projeto de Pesquisa e Extensão Pará Leitura Vai-Quem-Quer, vinculado ao Núcleo de Pesquisas Netrilhas-UEPA

Para dissertarmos sobre os processos de construção identitária, é importante compreender que identidade é a denominação dada às representações e sentimentos que o indivíduo desenvolve a respeito de si próprio, a partir do conjunto de suas vivências. A identidade é a síntese pessoal sobre o si mesmo, relacionada ao contexto ao qual cada sujeito está inserido, permitindo uma representação a respeito de si (De Paula, 2013).

A formação da identidade cultural do ribeirinho amazônico é marcada pelo processo de hibridização cultural, influenciado pela relação com outro e o meio ao qual estão inseridos. Para Geertz (1989, p. 66), o conceito de cultura denota um padrão de significados transmitido historicamente e incorporado em símbolos, “um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida”. É a partir da relação com o outro e, destes com o mundo, que (re)cria-se a identidade cultural, pois à medida que, os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis

Segundo Hall (1992), não existe identidade imutável, estática, unificada, completa.

A identidade torna-se uma "celebração móvel": formada transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. E definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 1992. p.16).

A mudança nas situações sociais, a mudança na história de vida e nas relações sociais, determinam um processo contínuo na definição de si mesmo, fazendo com que sua identidade deixe de ser algo pronto, acabado, para ser um processo constante de representação de seu "estar sendo" no mundo.

O homem, como ser cultural, consegue humanizar-se pelo diálogo e reconhecer que a conscientização é o reencontro de si mesmo coexistindo em liberdade (FREIRE, 1996), pois, a cultura permite ao homem adaptar-se ao seu meio, e, igualmente, adaptar este meio a si próprio, através das suas necessidades e projetos.

Ao abordar o processo de formação cultural da Amazônia Brasileira, percebe-se a complexidade da formação das identidades culturais dos ribeirinhos, onde os saberes, valores e modos de vida tradicionais, passaram pelo processo de invasão cultural impostos pelos povos dominantes, predominantemente urbanos.

Essa relação de forças é reforçada pelos sistemas simbólicos das classes dominantes, que são utilizados como instrumentos de dominação e poder. Bourdieu (1989) destaca que os sistemas simbólicos são instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento e cumprem a sua função de imposição e legitimação da dominação cultural, social e política.

A Escola do Campo caracteriza-se pela sua diversidade e heterogeneidade. É de fundamental importância no processo de (re)afirmação da identidade cultural, pois ao garantir o acesso à escolarização no seio da comunidade, possibilita a interação, a construção de relações e a convivência com as diferenças, pois mesmo ante a precariedade, assume a responsabilidade da iniciação escolar.

Consequentemente, é nesse contexto que ocorreu o processo de implantação da escola nessa comunidade. Inicialmente, com o objetivo de garantir o acesso à educação na própria comunidade. Porém, o modelo escolar implantado, acabou reproduzindo o modelo urbano seriado de ensino, padrão organizacional do ensino no Brasil, pautado na lógica positivista de transmissão de conhecimento e no conteudismo.

A Escola do Campo, ao reproduzir esse padrão, distancia-se do conceito de uma Educação *do e no* Campo (Caldart, 2000), defendido pelos movimentos sociais, consequentemente, o modo de produzir, educar e valorizar seus saberes tradicionais é negado, marginalizado e subordinado à cultura urbanocêntrica.

É diante dessas inquietações que esta Pesquisa almejou desvelar e compreender o processo de construção identitária da comunidade rural-ribeirinha do Poção, Ilha de Cotijuba, Belém-PA, considerando todo o seu processo histórico, sua ocupação, a relação da comunidade com a invasão urbanocêntrica, a relação escola-comunidade, bem como suas experiências culturais, os saberes, o trabalho, o modo de vida, a religiosidade, os costumes, a vida familiar, a relações sujeitos-terra, sujeitos-rio-, sujeitos-mata.

METODOLOGIA

Para realizar esta investigação utilizaremos procedimentos, baseados numa abordagem qualitativa, do tipo Estudo de Caso, o qual Gil (2008. p.58) afirma ser “um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhamento profundo”. A pesquisa qualitativa pressupõe um contato direto e prolongado com o ambiente e a situação que está sendo investigada. Para Gil (2008), este tipo de pesquisa envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador e a situação pesquisa.

O levantamento e análise dos dados foram realizados meio de análise bibliográfica, roteiro de entrevistas semiestruturadas aos sujeitos da pesquisa, *observação in loco* e o acompanhamento das práticas educacionais na Escola *Lócus* foram feitas durante as atividades Projeto Pará Leitura Vai-Quem-Quer, no período de 2010 a 2016.

A vivência e o contato *in loco* com essa realidade ribeirinha e da escola multisseriada, oportunizada pelas atividades de pesquisa e extensão do Projeto Pará Leitura Vai-Quem-Quer, que teve como objetivo inicial o incentivo à leitura e o resgate da cultura popular das crianças da referida ilha, foram motivadores para a criação do Grupo de Pesquisa com mesmo nome, atualmente possuindo três (03) grupos de trabalho que realizam atividades de pesquisa e extensão na Comunidade do Poção e na Escola já referida, nas áreas da Leitura, Ludicidade e Lazer, Educação Ambiental e Educação Sexual.

REFERENCIAL TEORICO, RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Um Poção de histórias: ocupação, costumes, saberes e cultura local

Cotijuba é uma Ilha localizada geograficamente, entre as Ilhas do Marajó e as Ilhas de Jutuba e Paquetá, à margem direita do estuário do rio Pará, entre as baías do Marajó e do Guajará, apresentando uma forma alongada em direção ao Nordeste (CODEM, 1997). A Ilha apresenta uma extensão territorial aproximada de 1.600 hectares. A Ilha de Cotijuba localiza-se a 22 km da sede municipal e é vinculada administrativamente ao DAOUT- Distrito Administrativo do Outeiro, através da lei Municipal de nº 7.682 de 1995, no entanto se percebe que a Ilha de Cotijuba sempre estabeleceu significativos fluxos e relações como o Distrito industrial de Icoaraci, local de onde sai a maioria dos barcos em direção à Ilha.

Segundo Cordeiro (2011), os primeiros moradores da Ilha de Cotijuba foram os índios Tupinambás, que batizaram a Ilha com o nome Cotijuba, que tem origem no Tupi-Guarani e significa Trilha (ou caminho) Dourada(o) em alusão aos reflexos da lua nos caminhos arenosos do interior da Ilha.

Segundo Guerra (2003), na ilha de Cotijuba funcionava por volta de 1784, um engenho para embranquecer arroz e este era chamado de Fazendinha, tal engenho era de propriedade do Capitão Luís Pereira da Cunha, localizando-se próximo a igarapé do Piri-Açu.

[...] o engenho da Fazendinha estava entre os nove engenhos existentes no estado do Pará, todos construídos no mesmo período para solucionar a carência de mão-de-obra do Brasil do século XVIII. A integração sócio – econômica da Ilha de Cotijuba com a cidade de Belém iniciou-se naquele período, com a comercialização do arroz beneficiado no engenho Fazendinha, que após sua desativação, o local ficou sendo habitado por famílias tipicamente caboclas que sobreviviam do extrativismo. (GUERRA, 2003. P.14)

Cordeiro (2011) afirma que a partir dos anos 30 do século passado, a ilha de Cotijuba se tornou conhecida pela instalação de atividades correcionais para menores e de prisão para maiores, criada sob o primeiro período ditatorial de Vargas e associada ao interventor estadual Magalhães Barata, a ilha constituiu-se, no imaginário regional, como um lugar de tortura e isolamento.

A autora afirma que é nesta mesma década que a Ilha foi comprada pelo desembargador Raimundo Nogueira de Faria, de uma senhora que havia ficado viúva, conhecida pelo nome de Joana. “Especula-se que a quantia paga pela ilha giraria em torno de 37\$000 (trinta e sete contos de réis)” (p.66). Com objetivo de implantar na Ilha um educandário, uma colônia reformatória para menores infratores e abandonados da cidade.

Em 1961, no governo de Aurélio do Carmo, passaram a funcionar na ilha duas instituições correcionais. A Colônia Reformatória de Cotijuba (CRC), que funcionava no prédio do antigo educandário e, o Instituto de Recuperação Social (IRS), que funcionava na Pedra Branca, instituições com objetivos diferentes. O IRS com o objetivo de abrigar e corrigir e a CRC com o objetivo de reeducar os menores infratores.

O reformatório passou por reformas na década de 1963 e declinava desde o afastamento de seu fundador e durante os sucessivos governos vividos no Pará, culminou que no governo do Major Alacid da Silva Nunes (1966-1971) o prédio do Educandário transforma-se em presídio.

Cordeiro (2011) nos conta que é neste período que Cotijuba vive tempos de extrema violência. Entre torturas e rebeliões entre os presos e os policiais que, por sua vez trataram de implantar no mesmo, um regime violento e repressor, onde as torturas e as agressões físicas eram práticas do cotidiano dos detentos.

A autora detalha que torturas como pau-de-arara, morcego e cangalha, os presos que tentavam fugir tinham suas cabeças raspadas para identificação de sua periculosidade. O relato de um morador compreende esse imaginário criado acerca do simbolismo da Ilha, quando afirma que alguns presos nem chegavam à Ilha de Cotijuba, pois eram atirados na Baía do Guajará durante o percurso.

Segundo o relato do *Morador 1*, pescador e morador da comunidade do Poção,

Eles amarravam uma corda com uma pedra, prendiam as mãos, os pés e tapavam a boca. Quando o barco tava lá no meio da Baía, jogavam eles no rio. Eles morriam né, não dava nem pra gritar. É verdade, todo mundo aqui sabe dessas histórias. (Morador 1).

Em 1976, em um motim violento, o diretor do presídio Teodorico Rodrigues é surpreendido e quase vai a óbito. O fato ocorreu durante a transferência de presos da Ilha e o diretor, apesar de ser agredido violentamente, só não morreu porque foi jogado na água por outro preso e resgatado mais tarde por um pescador da ilha de Paquetá, sendo encaminhado a Icoaraci para os devidos cuidados médicos.

Este fato é determinante para o processo de desativação do presídio que ocorre em 1977, após a construção da penitenciária Fernando Guilhon, na vila de Americano, em Santa Izabel.

A desativação desta estrutura prisional e o estímulo à produção hortifrutigranjeira a partir da década de 1970 transformam Cotijuba em um canteiro verde e restaura seu papel frente à cidade, motivando os moradores locais a se deslocarem e se instalarem nesta comunidade.

Segundo Cordeiro (2011), os funcionários do antigo presídio e seus familiares deixam Cotijuba e buscam outras Ilhas ou mesmo Icoaraci para viverem. Alguns presos que se reabilitaram durante o período continuaram morando na Ilha e desenvolvendo atividades produtivas que aprenderam na antiga colônia penal, ocupando a ilha a partir do engenho de arroz da Fazendinha.

A autora afirma que a partir de relatos dos antigos alunos do educandário, a execução das práticas agrícolas ficavam por conta das famílias japonesas que fugiram da 2ª Guerra Mundial e se refugiaram na ilha.

Durante a década de 50, famílias japonesas já tinham se instalado na Ilha, passando a desenvolver a agricultura, mais especificamente a cultura de pimenta do reino. No final de 1951 foi fundada a Cooperativa Mista de Cotijuba Ltda, entre lavradores brasileiros e japoneses, que tinham o objetivo de fornecer legumes, farinha de mandioca, ovos e aves para Belém. No início da década de 70, a Ilha foi transformada numa colônia agrícola, onde os presos considerados menos perigosos ganharam lotes para plantar e viver livremente, inclusive levando suas famílias para residirem com eles. (CORDEIRO, 2011. p. 83)

É em meio a essa conjuntura que se constitui também a comunidade do Poção, que se denominou assim durante o período de torturas constantes no Educandário, pois os administradores da Ilha, recorriam como forma de castigo, uma caminhada até um grande lago que fica próximo a esta área, com caminhos por dentro da mata que tem acesso pela estrada do Engenho da Fazendinha.

É o que nos relata o *Morador 2*, 58 anos, morador da comunidade desde que nasceu:

Lembro quando a gente era menino, meu pai dizia que quando os homens presos não obedeciam lá no presídio, tinha que escolher entre tomar veneno ou ir pro

poção. Daí eles vinham andando até aqui e eram atirados no lago que fica aqui perto e que tem muitos jacarés. (Morador 2).

A Comunidade rural-ribeirinha do Poção, também conhecida como Poção-Miri está localizada no lado Leste da Ilha, tem como características marcantes a distância da região central da Ilha, a dificuldade de acesso à mesma, a precariedade de infraestrutura e a falta de saneamento básico. Porém, apesar de todas as dificuldades sociais e conflitos simbólicos, esta comunidade rural-ribeirinha apresenta importantes aspectos que (re)afirmam a identidade cultural da Ilha de Cotijuba.

O deslocamento até a ilha de Cotijuba somente é possível por meio de embarcações. As pequenas embarcações tipicamente ribeirinha e amazônica, chamada popularmente de “pô-pô-pô”, fazem o transporte à Cotijuba e desta ilha para a sede do município de Belém e outras ilhas próximas (e vice-versa). Estas embarcações realizam esse transporte com mais intensidade e são organizadas por meio da Cooperativa dos Barqueiros da Ilha de Cotijuba (COPERBIC). Há ainda a embarcação oficial da Prefeitura Municipal de Belém, que faz o trajeto Icoaraci-Cotijuba-Icoaraci, sob a responsabilidade da Secretaria de Transporte de Belém. O percurso entre a sede de Belém e Cotijuba tem duração aproximadamente entre 40 e 60 minutos.

Porém, nenhuma dessas linhas fluviais transporta passageiros até a comunidade do Poção, todos convergem ao Porto “Antônio Tavernad” e, o principal caminho para deslocamento até a comunidade do Poção é a Av. Magalhães Barata, que é a via que contorna a Ilha de Cotijuba de norte à sul, o que obriga os moradores desta comunidade à utilizarem apenas esta via para locomoção dentro da Ilha.

O transporte na Ilha é feito por charretes, bondinhos puxados por tratores, o uso de motorretes vem crescendo e as motocicletas que é o mais utilizado dado o acelerado processo de urbanização da Ilha de Cotijuba.

A distância a ser percorrida até a comunidade do Poção, tendo como ponto de referência o Porto Fluvial “Poeta Antônio Tavernad”, que é a porta de entrada à ilha. Tomamos como exemplo o transporte terrestre oficial mais utilizado na ilha, o bondinho. O principal trajeto realizado é até a Praia do Vai-Quem-Quer, com distância de 7,40 km e dura aproximadamente 30 minutos, sem contar com os imprevistos.

Para chegar a pé deste ponto até a comunidade do Poção, enfrenta-se um caminho longo de aproximadamente mais 4 km em chão arenoso, com grande vegetação às margens da estrada, que se torna mais problemático nos períodos de inverno amazônico, pois as chuvas

constantes e a cheia dos rios criam alagamentos que dificultam ainda mais o acesso à esta comunidade.

A falta de saneamento básico é também marcante na Ilha de Cotijuba e na Comunidade do Poção não é diferente. O abastecimento de água também é precário, pois, mesmo tendo um sistema de abastecimento na própria comunidade, esse sistema não abastece a mesma como deveria devido à altura da caixa d'água que compromete a distribuição por gravidade, deixando assim, a maioria dos moradores sem água encanada em suas casas, tendo que se deslocar até a caixa d'água com seus barris ou baldes para coletar a água que necessitam para o dia-a-dia.

A área do Poção é habitada por famílias de camponeses e pescadores que vivem da sua relação com o rio, a terra e a mata. O extrativismo é o meio de produção mais utilizado na comunidade. Nesta área, metade dos produtos é destinada apenas ao consumo e a outra metade à comercialização.

As casas, apesar de não serem em palafitas sobre as águas, em sua maioria, são de madeira e foram construídas em terra firme à beira do rio. Porém, com o avanço da urbanização, já podemos encontrar casas de alvenaria.

Correa (2003) diz que os ribeirinhos são homens, mulheres, jovens e crianças que nascem, convivem e habitam as margens dos rios. Dessa forma, podemos ainda afirmar que esta comunidade constitui-se como rural-ribeirinha, pois seu cotidiano enfatiza a relação de seus moradores com o rio a terra e a mata. É a partir dessa relação, esses ribeirinhos organizam suas vivências e estruturam suas atividades.

A atividade pesqueira realizada pelas famílias é de caráter predominantemente artesanal, visto que suas técnicas são antigas, tradicionais e sua produção busca satisfazer as necessidades mais básicas das famílias de pescadores. É importante ressaltar que nesta parte da Ilha, as famílias, para completar seu sustento cotidiano, trabalham a terra plantando roças policultoras, onde se tem couve, mandioca, macaxeira, coentro e outros, produtos que fazem parte (junto com o que é pescado por eles) do prato diário das mesmas.

Essa complexidade, diversidade e multiculturalidade, também pode ser observada na Comunidade do Poção, principalmente em relação aos costumes, que estão diretamente ligadas ao processo de hibridização cultural que, apesar de lento, é constante.

As representações sobre o lugar “Cotijuba” são construídas por meio da representação que eles possuem sobre a mesma, sobre as percepções que têm do conjunto de significados sócio-culturais desse lugar. Dessa forma, as qualidades que apontam ser

ribeirinho da Ilha de Cotijuba, os privilégios desse contexto, influenciam no seu modo de viver e na construção de suas identidades culturais atreladas a este local.

Os costumes também são moldados pela opção religiosa dos sujeitos, marcada pela presença das igrejas católica e evangélica, sendo esta a que os moradores desta comunidade mais se identificam. É a partir da doutrina religiosa acerca dos preceitos de cada igreja, que esses sujeitos moldam suas práticas sociais

Essas doutrinas divergem com os costumes culturais tradicionais da comunidade, gerando conflitos ideológicos e influenciando nesta relação com o simbolismo do imaginário popular.

Um outro fator relevante se dá pelo processo de invasão cultural, proporcionado principalmente pela mídia de massa, onde contribui para o processo de imobilização da memória cultural tradicional da comunidade.

A invasão cultural também influencia o sentimento de territorialidade e de identificação com o seu lugar e a relação destes com a cultura urbanocêntrica.

Para o *Morador 2*, o acesso à mídia de massa e às novas tecnologias é bom e mau, pois além da informação e do lazer, trás prejuízos aos valores morais das crianças e jovens:

A coisa mudou muito aqui na Ilha, depois que veio a Luz (chegada da energia elétrica na ilha em 2004), eu tenho TV em casa, comprei até uma parabólica para assistir melhor, mas assim, a gente até gosta de ver os programas, o jornal, o futebol, mas tem tanta coisa de ruim que passa né, que acaba estragando tudo que a gente ensina pros meninos. Tem novela que passa essas cenas de saliência até de tarde. É isso que eu não gosto também dessas novas músicas que esses meninos escutam, só falam besteira. (Morador 2 – grifos nossos).

Correa (2003) aponta mudanças nas vivências de ribeirinhos amazônicos que por possuírem práticas tradicionais e sobrevivência do extrativismo das florestas e rios, passam atualmente por mudanças provocadas por fatores modernizantes, e que exigem dos ribeirinhos uma adaptabilidade entre o tradicional e o moderno.

Dessa forma compreendemos que a identidade cultural da Comunidade do Poção pode ser compreendida com base na relação com a natureza, no conhecimento local, e em um ritmo social e cultural dinâmico e diverso.

Suas tradições culturais na relação homem-rio, homem-terra, homem-mata, são preservadas em suas práticas e são relacionados em um sistema de representações simbólicas, marcadas pelo processo de hibridização cultural, a partir da relação com a cultura urbanocêntrica.

Esses saberes ainda são passados de geração a geração pela oralidade e pela concepção de que esse aprendizado se faz necessário para a garantia da subsistência familiar destes sujeitos.

Na relação com o rio, a pesca artesanal é predominante e está relacionada com a dinâmica das marés e é desde o início da formação desses sujeitos que se dá o processo de aprendizado à esses costumes tradicionais.

O *Morador 1*, ressaltou essa importância:

A gente aqui bota logo os meninos pra aprender a andar de canoa, de barco. Por que é do rio que nós tira o sustento, então eles tem que logo saber em que tempo que dá mais peixe, qual o melhor tipo de maré, onde é que vamos buscar esses peixes, tudo isso. Ensinamos assim pra que eles quando cresçam mais, possam nos ajudar. (Morador 1)

Segundo estudos desenvolvidos por Isaac (2006, p.31), a “*pesca tradicional de subsistência*” é uma atividade permanente e complementar a outras atividades principalmente a agricultura, caracterizando alguns grupos como agricultores pescadores, cuja produção restringe-se, quase que exclusivamente, ao consumo próprio. É executada com uso de embarcações simples e aparelhos de pesca produzida pelos próprios pescadores, o que dá a estes “*utensílios*”, assim como à pesca, um caráter tradicional.

Eu pesco assim mesmo, primeiro eu pego a isca né? Pra ir pescar peixe grande que é o filhote e a dourada. Eu tenho também a malhadeira pra pegar esse tipo de peixe que é a sarda e a pratiqueira, que é pra pegar o peixe grande também. Mas eu tenho também minhas linhas de mão aqui pra pescar os miudinhos. A gente também usa o matapi que é pra pegar camarão, pois além de dá pra comer, servi de isca né. Agora tá difícil pra conseguir pegar muitos peixes, tem dado muito pouco aqui na beirada só tá dando mesmo é pro consumo, são poucas as vezes que eu consigo peixe pra vender. (Morador 1)

Segundo o depoimento acima a modalidade de pesca artesanal realizada pelo *Morador 1*, é de caráter tradicional, já que a mesma é a base de alimentação de sua família, apresenta técnicas rudimentares de pesca, pouca produção e pouca variedade de pescado.

Ressaltamos que as crianças e os jovens da comunidade também compreendem a importância deste aprendizado, no sentido por essa mesma ótica.

A gente aprende desde pequeno mesmo e é só indo pra aprender, por que na escola não aprende a pescar não. Meu irmão já aprendendo. Eu gosto, hoje já ajudo meu pai quando ele vai pescar. Ele que me ensinou o que sei, mas eu já furei meu dedo não sei quantas vezes no anzol, é assim mesmo, é errando que se aprende né. (Jovem, 13 anos, Filho de pescador da Comunidade do Poção)

Na relação com a terra, há um forte envolvimento dos membros das famílias na organização da atividade agrícola. Seja no plantio, no trato, na colheita, no escoamento ou ainda no comércio dos produtos da roça. Os pequenos produtores produzem para sua

subsistência, no entanto, o excedente da produção é comercializado e o dinheiro arrecadado com tal atividade é investido em compras de produtos que os agricultores não produzem tais como eletroeletrônicos, produtos de higiene, roupas e sapatos.

Essas práticas tradicionais também são vistas como importantes pelos mais velhos da comunidade, porém as crianças e os jovens não possuem boa relação com a prática de agricultura.

A *Moradora 3*, 52 anos, retrata sobre a experiência que adquiriu com a mãe no cultivo da terra e ressalta a sua preocupação sobre as perspectivas de futuro dos jovens da comunidade:

Eu roço a terra desde meus 7 anos, quando meu pai ia pescar minha mãe plantava macaxeira e eu ia junto. Apreendi tudo certinho e quando eles morreram, eu continuei cuidando a nossa terra. Meus filho aqui nunca passaram fome por conta disso. Mas o ruim é que esses meninos de hoje não querem nada com a vida, só querem saber de namorar, de ir pra festa. se a gente fala em trabalhar eles dizem que vão comprar uma moto e ser moto taxi lá pro Vai-Quem-Quer, que é isso que dá dinheiro. (Moradora 3)

A partir deste relato, bem como pela vivência durante a pesquisa na Ilha, afirmamos que há um (re)ordenamento das atividades geradoras de renda em toda a Ilha de Cotijuba. Se antes eram ligadas à agricultura e à pesca, voltam-se atualmente para o comércio e a prestação de serviços para atender à população que se desloca para ilha, principalmente nos feriados, finais de semana e férias escolares.

O reconhecimento desses sujeitos sobre suas identidades culturais indicam o desejo de ser “diferentes e iguais aos da cidade”, pois embora habitem nesse território pertencente a Belém, percebem-se com suas práticas, costumes, culturas e vivências atreladas ao cotidiano ilhéu.

Assim, entendemos que as identidades culturais desses sujeitos se constituem na fronteira entre a ruralidade da ilha e a urbanidade da capital, entre a preservação de sua cultura tradicional e a sedução da cultura dominante e invasora.

Escola e Pará Leitura Vai-Quem-Quer: (Re)Construindo Identidades

A importância da existência da escola em uma comunidade rural é a garantia do acesso à educação. Mas que educação? Há ainda muitos paradigmas a serem rompidos e um dos maiores desafios é compreender que, essas escolas do campo, especificando as escolas multisseriadas, “constituem sua identidade referenciada na precarização do modelo urbano seriado de ensino.” (HAGE, 2005. p.47)

Para Caldart (2000), a escola do campo deve servir primeiramente à comunidade ao qual está inserida, principalmente no sentido de (re)afirmação da identidade cultural do homem do campo, germinando um sentimento de orgulho em ser do campo, sua terra, seu lugar.

A “Escola Estadual de Ensino Fundamental Anexo Pedra Branca”, definida como *Lócus* desta pesquisa, está localizada na Comunidade do Poção às margens da praia do Poção, que é banhada pelas águas correntes do conhecido Furo do Mamão.

A Escola trabalha a educação no modelo multisseriado de ensino, é anexo à escola-sede EEFM “Professora Marta da Conceição”, que fica no centro da Ilha de Cotijuba. Sua estrutura é em madeira, com dependências para apenas uma sala de aula, com quatro janelas grandes para ventilação. Na sala de aula tem um armário, além de um quadro negro que é pendurado na parede da escola e sustentado por um fio barbante. A Escola fica bem em frente à Praia do Poção e tem uma Caixa d’água própria. Possui dois banheiros para os alunos, um depósito, uma sala estreita que é utilizada como cozinha, o refeitório fica aos fundos da escola, onde há um espaço com uma mesa grande de madeira que serve como refeitório para as crianças. Há ainda uma pia para a higienização dos utensílios da escola. A Gestão Escolar é feita pela direção da escola sede e o corpo técnico conta atualmente com uma professora e o auxílio de uma funcionária responsável pela empresa terceirizada, contratada pela Secretaria Estadual de Educação, SEDUC-PA.

As comunidades rurais-ribeirinhas percebem a escola como o lugar onde seus filhos irão adquirir um tipo de saber necessário à sua vida concreta, seja no campo ou na cidade, pois ler, escrever e contar são percebidos como condição mínima para o exercício da cidadania.

Na comunidade do Poção não é diferente, perguntados se acham importante a escola na comunidade, as respostas foram prontas e imediatas na perspectiva que seus filhos precisam de um futuro melhor ao que eles tem atualmente.

Estudar é importante. Trás conhecimento e pode dar um bom trabalho pra eles também. Por isso eu acho que é melhor que eles comecem a estudar desde pequeno e ter a escola aqui perto é melhor também, assim a gente fica perto também.
(Moradora 4, mãe de 4 alunos da escola)

Porém, Brandão (1990) afirma que não há escola do campo nas comunidades rurais, e sim uma escola de modelo urbano que, desqualificada, existe no meio rural. Esta assertiva retrata a realidade da Escola *Lócus*, pois ao funcionar precariamente, produz, a cada geração, resultados culturais e sociais desiguais.

Nesta perspectiva, a escola deve ser entendida como um local que possibilita uma vivência social, com o relevante papel de oportunizar o acesso a informações e experiências novas e desafiadoras capazes de provocar transformações e de desencadear processos de desenvolvimento e comportamento. O professor então, dada essa responsabilidade e considerando as inúmeras dificuldades do contexto rural-ribeirinho, tem papel fundamental para a contribuição formativa desses educandos.

A professora então destaca a importância da parceria da escola com o Projeto “Pará Leitura Vai-Quem-Quer”, projeto de pesquisa e extensão da Universidade do Estado do Pará, vinculado ao Núcleo de Pesquisas NETRILHAS, que atua na escola e na comunidade do Poção desde 2010, bem como ressalta que a construção de novas alternativas para sua ação docente.

Eu tenho aprendido muito com as atividades e com o material que os alunos da UEPA trazem para a escola. Deixei até de usar somente os livros didáticos. Apesar de trabalhar há muitos anos dando aula, eu entendo que sempre temos que estar aprendendo para melhorar nossa atuação em sala, com as crianças, pois eles precisam muito de nossa atenção. É uma responsabilidade muito grande e temos que estar preparados, mesmo com as dificuldades. (Professora, 2013)

O Projeto Pará Leitura Vai-Quem-Quer é fundamentado pelas concepções freirianas e atua na comunidade com três (03) eixos de pesquisa: Educação Ambiental, Educação Sexual e Leitura-Ludicidade. As pesquisas e atividades extensionistas do Projeto tem como objetivos incentivar a leitura, promover a interação cíclica educadores-educandos-comunidade, contribuir com a formação crítica dos educandos quanto à preservação ambiental, preparar para a vivência plena da sexualidade, bem como subsidiar a ação docente com práticas pedagógicas inovadoras e prazerosas.

As atividades sempre acontecem em grupo, sem divisão por idade ou gênero. As ações são planejadas e elaboradas em conjunto com a professora da escola, objetivando subsidiar sua ação docente e contribuir para a construção de conhecimento dos alunos, respeitando e valorizando a relação dos mesmos com o contexto rural-ribeirinho. É desenvolvido ainda, um processo de incentivo à (re)descoberta da cultura popular tradicional paraense, com a utilização de brincadeiras populares, cantigas de rodas, músicas tradicionais, dentre outras, aproveitado tanto o ambiente interno como o externo da Escola.

A centralização das atividades com os conteúdos é uma característica marcante do modelo seriado. Mas, para a professora Sandra, atualmente planeja suas atividades considerando muito mais o tempo de aprendizado de cada aluno e de forma conjunta do que a pressa pelo aprendizado dos conteúdos disciplinares. Esta postura se dá pelo processo de

formação continuada, mesmo que não formal, marcada principalmente pela busca de novas alternativas pedagógicas resultantes da parceria com o Projeto Pará Leitura Vai-Quem-Quer.

Antes eu fazia assim: juntava os alunos de cada série em um canto e passava as atividades de cada série que eu tirava do livro didático. Daí eu ia passando os conteúdos série a série. Era muito difícil planejar as atividades dessa forma, por que eu ficava meio tonta com tanto conteúdo, imagine os meninos. Depois que o Projeto (Pará Leitura Vai-quem-quer) chegou aqui, eu comecei a observar como os alunos da UEPA ia trabalhando com eles, então, nas nossas conversas e atividades que eu também acompanho, eu também aprendo. Hoje eu trabalho assim: cada dia é uma aula diferente, se eu percebo que estão com dificuldade de leitura trabalho a leitura com todos juntos. Os grandes, que já saber ler melhor, ajudam os pequenos, que tem mais dificuldades e assim eu faço com as outras disciplinas. (Professora, 2013 – grifos nossos).

A intenção da professora caracteriza-se como um processo de mudança da visão engessada conteudista para um processo de ensino-aprendizado multidisciplinar, respeitando a realidade dos educandos e que não nega a importância dos conteúdos para a formação dos alunos.

Segundo a professora, apesar das dificuldades com material didático, a parceria com o Projeto Pará Leitura Vai-Quem-Quer possibilitou um trabalho com os alunos, a relação dos conteúdos com o contexto em que eles estão inseridos de forma interdisciplinar.

Observamos então, o cuidado em considerar os costumes e práticas sociais das crianças da Comunidade do Poção que passam de geração a geração.

A intencionalidade destas ações, corroboram com a perspectiva de Hage (2005), que compreende que é imprescindível esta ruptura, consolidando uma mudança de postura que avance para uma

[...] construção coletiva de um currículo que tome como referência e valorize as diferentes experiências, saberes, valores e especificidades culturais das populações que vivem e são da Amazônia. Há a necessidade de se concretizar um processo de educação dialógica que inter-relacione saberes, sujeitos e intencionalidades, superando a predominância de uma educação bancária e de uma concepção disciplinar de conhecimento. (HAGE, 2005. p. 04)

A avaliação das atividades e também das respectivas mudanças de série são feitas de forma participativa. A professora ressalta que ainda é muito difícil fazer com que os pais entendam que uma nota avalia o rendimento escolar de seus filhos e esclarece que ainda faz prova por que é obrigada pelo sistema de avaliação formal.

Eu faço prova sim, mas não para avaliar se eles vão passar ou não, faço porque é obrigado pela SEDUC-PA. Os pais também querem ver um papel com uma nota, pois entendem que a prova avalia o aprendizado de seus filhos. Minha prova é sempre dentro do que eu avalio que eles aprenderam nas aulas, não que seja uma

prova fácil, para que tirem nota boa, mas preparo uma prova dentro de tudo aquilo que tenho certeza que eles sabem. (Professora, 2013)

Essa postura demarca a responsabilidade e o comprometimento de um educador com uma educação voltada para a libertação e emancipação dos educandos, pois uma das maiores ações negativas da prática educativa tradicional é o desrespeito com o tempo de aprendizagem do aluno, bem como a agressão da utilização de um instrumento (prova e reprovação) de segregação de classes que é um dos objetivos deste modelo de educação controladora.

Para De Paula (2013),

O papel do educador é político, é de ruptura. É compreender que diante das amarras do sistema burocrata, que adoecem o espírito e abastecem os sentimentos fatalistas, nossa ação é de resistência. (Re)existir e (re)começar uma luta que nunca pára. Luta que nos alimenta de esperança, de amor, de sentimentos. Sentimentos que transformam a dor e as feridas abertas pelo imobilismo imposto pelo capital, em sede, sede de mudança, sede de transformação. Pois é somente no enfrentamento, na práxis, dialeticamente, dialogicamente, diariamente, que consolidaremos uma educação para a libertação. (DE PAULA, 2013. p. 98)

O Projeto Pará leitura Vai-Quem-Quer fundamenta suas ações sob princípios da integração ensino-pesquisa-extensão, teoria e prática que embasam a concepção de extensão como comunicação (Freire, 1983), numa postura de organização e intervenção na realidade, em que a comunidade deixa de ser passiva no recebimento das informações/conhecimentos transmitidos pela universidade e passa a ser, participativa, crítica e construtora dos possíveis modos de organização e cidadania. É nessa perspectiva, que essa parceria Projeto possibilita caminhos para a formação de sujeitos autônomos, capazes de pensar, de serem criativos, de estabelecerem relações. Implica numa ação pedagógica que permita os sujeitos envolvidos nesse processo, possam se experimentar na sua autonomia, na sua liberdade, nas suas habilidades e na (re)construção de conhecimentos.

A escola multisseriada, caracterizada pela sua diversidade e heterogeneidade, é de fundamental importância nesse processo, pois ao garantir o acesso à escolarização no seio da comunidade, possibilita a interação, a construção dessas relações e a convivência com as diferenças, pois mesmo ante a precariedade, assumindo a responsabilidade da iniciação escolar. Dessa forma, é urgente a necessidade de mudança na concepção urbanocêntrica vigente na escola. Algumas medidas que podem minimizar estas mazelas são: a transgressão do modelo seriado, que impõe a fragmentação em séries anuais, bem como no processo de avaliação; Atenção prioritária do Estado, no que tange a precarização da escola; Formação docente continuada; Parcerias com as Universidades, no sentido de ampliar o (re)conhecimento e a importância da Escola *do e no* Campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção identitária da comunidade rural-ribeirinha do Poção inicia com o processo de construção e ocupação histórico da Ilha de Cotijuba. As tradições culturais na relação do homem com o rio, com a terra e com a mata são preservadas em suas práticas e são relacionados em um sistema de representações simbólicas, marcadas pelo constante processo de hibridização cultural.

Uma identidade cultural também moldada pela constante invasão cultural das representações simbólicas da cultura de massa, predominantemente urbana.

Essa hibridização cultural é marcada pela fronteira entre Belém e a ilha, principalmente pelo avanço da exploração turística da Ilha. Essas relações se espraiam no cotidiano dos ilhéus, os quais envolvidos no seu mundo mais particular (vivido) e por meio da intersubjetividade e intuição inerente, (re)constroem seu lugar se (re)construindo junto com ele.

Ainda que estigmatizada como fracassada, o funcionamento da escola multisseriada na comunidade e, a parceria desta com o Projeto Pará Leitura Vai-Quem-Quer, apresentam aspectos fundamentais no processo de (re)construção da identidade cultural local por meio de uma educação emancipadora e criticizante, respeitando e valorizando a cultura, os saberes e os costumes locais.

Infraestrutura, acesso, material didático, merenda escolar, formação docente, deficiência de pessoal, dentre outras, são inúmeras as dificuldades e os desafios que se apresentam no contexto da escola multisseriada. Porém, identificamos que, apesar de todas essas adversidades, a educação, mesmo que talhada pelos preceitos da educação urbana, seriada, ainda é um dos caminhos que fortalecem a identificação com o lugar e a (re) afirmação da sua cultura.

Concluimos que a relação entre a Escola Multisseriada e a Comunidade do Poção é intensa e complexa. Uma é importante para a outra. O trabalho, o modo de vida, os saberes, a ação docente, a religiosidade, os costumes, a vida familiar, a relação com o rio, com a terra e com a mata estão presentes numa teia de representações simbólicas que contribuem e influenciam na interação, participação, sentimento de pertença e no cooperativismo de todos os sujeitos envolvidos desta relação, (re)construindo e (re)afirmando a identidade cultural da comunidade constantemente.

REFERÊNCIAS:

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Ed. Betrand, 1989

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes. 2000.

CORDEIRO, Izilda. **E assim eu vivi trilhas douradas na Ilha de Cotijuba**. Dissertação (Mestrado em Gestão Educativa)- Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción. Assunção, Paraguai. 2011.

CORRÊA, S. R. M. **Comunidades rurais - ribeirinhas: processo de trabalho e múltiplos saberes**. In: OLIVEIRA, I. A. Cartografias ribeirinhas: saberes e representações sobre prática sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas. Belém: CCSE-UEPA, 2003.

CODEM, **Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão. Companhia de Desenvolvimento Metropolitano**. Secretaria de Urbanismo. Plano diretor da Ilha de Cotijuba, 1997. PMB.

DE PAULA, P. A **Escola multisseriada e os processos de construção identitária na comunidade ribeirinha do “Poção” na Ilha de Cotijuba – Belém**, 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. v.4, Ed. Atlas. São Paulo, 2008.

GUERRA, G. A. D; CARVALHO, V. R. V. de. **Ruralidade na Capital do Estado do Pará. Permanências e Mudanças na Ilha de Cotijuba**. In Conservação e desenvolvimento no estuário e litoral amazônicos, Aragon, Luis E. (org.). BELÉM. 2003. UFPA/NAEA, p.210-211.

HAGE, Salomão M. Educação na Amazônia: Identificando singularidades e suas implicações para a construção de propostas e políticas educativas e curriculares. In:_____ **Educação do Campo na Amazônia**: Retratos da Realidade das Escolas Multisseriadas no Pará. Ed. Gutemberg. Belém, 2005.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora. 1992.

ISAAC, V. J. Reflexões Sobre uma Política de Desenvolvimento da Pesca na Amazônia. In: CASTRO, (Org). **Belém das águas e das ilhas**. Belém: CEJUP, 2006.